

circunstâncias de ser V. Ex<sup>a</sup> o último orador inscrito hoje para a discussão do projeto, a Mesa será tolerante. Mas será uma exceção, não será regra.

### O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS

— Muito obrigado. Fico honrado com a exceção que V. Ex<sup>a</sup> me concede.

Também concordo com V. Ex<sup>a</sup>, nobre Constituinte Manoel Moreira, nas colocações que faz. Entendo que tivemos oportunidade de ouvir a base, o povo, desde as nossas campanhas anteriores. Há dois anos que falamos em Constituinte. O povo está-se manifestando. A Comissão Afonso Arinos prestou um valioso trabalho ao Brasil e aos estudiosos do Direito Constitucional. Nós temos boas matérias ali dentro que não podemos desprezar. Essa Comissão ouviu todas as camadas sociais, do mais humilde representante operário até o mais intelectual representante da ciência e da tecnologia brasileira. Perdemos cinco meses de Constituinte para chegarmos ao ponto zero e começarmos a debater. Vamos começar a votar no dia 20 de setembro, pelo cronograma que recebemos. O Presidente Ulysses Guimarães deseja no dia 15 de novembro, promulgar a Constituição — menos de sessenta dias para votarmos aqui aquilo que deveria ser votado durante um ano. É querer atropelar a História. A fonte da verdade, do debate, da votação, está aqui dentro. Não podemos atropelar a História, ficando seis meses marcando passo, amassando barro, para depois, em menos de sessenta dias, votarmos, artigo por artigo, item por item, a Carta Magna do País.

Minha crítica é a essa rigidez ditatorial que se deseja impor à Assembléia Nacional Constituinte, por causa de prazo. Prazos são acessórios, como o Regimento Interno é acessório. O essencial, o mérito, é a Constituição que vamos deixar para os nossos jovens, para os brasileiros de hoje e de amanhã.

Não podemos ficar como fariseus e — entre aspas — “hipócritas”, amarrados ao texto da lei e não ao espírito da lei. Não podemos ficar amarrados ao Regimento Interno, que não nos levará a nada, para prejudicarmos depois o mérito da Constituição. Devemos ficar, sim, com o espírito do brasileiro que deseja hoje uma fiel observância da sua vontade dentro da Constituição.

Então, que tenhamos seis meses para discutir aqui e votar artigo por artigo, bem votados, para que nada passe ao atropelo, contrário à vontade do povo. Entendo que não podemos regredir, retroceder nos avanços já conquistados. E temos hoje, claramente, dentro da Assembléia Nacional Constituinte, a presença forte das ideologias, que saem das esquerdas, passam pelo centro e vão até a direita; ou das direitas que chegam até as esquerdas. Mas o que interessa aqui não é tanto qual ideologia é mais forte, numericamente poderosa aqui dentro na hora de votar, interessa-nos, aqui, a vontade do povo brasileiro, quem está de acordo com a vontade do povo brasileiro.

Temos, por exemplo, as ideologias de esquerda. A comunista, que vai desde os trotskistas, anarquistas, até a ponderada, por exemplo, do PCB. Temos a socialista, que deseja, usando de uma defesa da justiça social, implantar um sistema de governo, um regimento de governo e não tanto a defesa da “igualdade” das oportunidades às fontes de riqueza, de trabalho e da iniciativa priva-

da. Temos dentro das esquerdas um grupo pequeno, mais muito organizado, competente, presente, que ocupa espaço todo dia na tribuna, que ocupa espaço na imprensa, que não deixa espaço para ninguém, mas que critica ferrenhamente todos aqueles que lhe são contrários, uma esquerda que montou um esquema para colocar aqui dentro, todo dia, de cento e cinquenta a duzentas pessoas para viciar aqueles que lhe são contrários e para apoiar e aplaudir as muitas besteiras que daqui saem em nome da democracia. Temos um centro apático, inerte, acomodado, governista, que quer ficar realmente à sombra e não quer participar, mas quer levar as vantagens. Agora, o que interessa não é a esquerda, o centro ou a direita, mas o Brasil, que deve estar no centro de nossa decisão. Temos uma direita que, contradizendo-se à esquerda, é tão radical quanto aquela, mas ainda desorganizada.

Hoje, somente uma entidade está nos dando exemplo de organização, que é a tão combatida UDR. Com menos de dois anos de existência, talvez até menos de um ano, está mostrando que tem competência organizacional, está mostrando às esquerdas que, tanto quanto elas, está organizada. E organizada na base, desde o grupo mirim, o infantil, o juvenil, o feminino, até o grupo dos grandes empresários. Tanto quanto as esquerdas, talvez esteja enganando as bases — não sei quem engana mais.

O que interessa é que o Brasil seja dos brasileiros e não das ideologias, de um lado e de outro, porque sabemos, pela História, que nenhuma ideologia de direita ou de esquerda consegue sobreviver tanto tempo, haja vista o que está acontecendo na Rússia, na China Popular e em Cuba, países que estão voltando à iniciativa privada e à economia de mercado, porque é a única maneira de os países crescerem. Não é igualando para baixo que vamos fazer do Brasil uma grande Pátria, uma grande Nação, mas levando os que estão em baixo para cima, dentro da única ideologia, da única teoria capaz de fazer uma Nação grande, que é a ideologia do trabalho, da força direcionada, como fazem os japoneses, como fizem os alemães, como fazem os italianos e os malasianos, que estão trabalhando para construir as suas pátrias, assim como fizeram e fazem ainda hoje os americanos, os ingleses, os franceses e os povos mais evoluídos, e também como deseja fazer Gorbachev, na Rússia, através do trabalho qualificado, bem pago e bem remunerado pela qualidade. Agora, é a produtividade que entra em jogo naquele país, e nenhum socialista deseja um regime que aceita pagar pela produtividade. Tudo igual, tudo na estaca a zero é o que deseja. Não é isso que o Brasil deseja para a sua construção.

Concedo o aparte ao nobre Constituinte Adhemar de Barros Filho.

**O Sr. Adhemar de Barros Filho** — Nobre Constituinte José Mendonça de Moraes, desejo fazer apenas um breve aparte, com a tolerância da Mesa e do nobre Presidente Mário Maia. São algumas considerações. Não posso concordar com o espírito negativo de V. Ex<sup>a</sup>, quando diz que perdemos seis meses de tarefa constituinte. Não perdemos isso. É claro que o trabalho que está, esse edifício em fase final de construção, deixa a desejar, não tem perfil. Se avança no campo social, não o faz no campo econômico e é omissão no que se refere à reforma agrária. Enfim,

existe uma série de aspectos que vão ser extensamente analisados na tribuna.

### O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS

— Concordo com V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Adhemar de Barros Filho** — Mas quero frisar, nobre colega, que nos falta uma consciência daquilo que é fundamental. Somos a Assembléia Nacional Constituinte, o poder que emana do povo. Devemos ter, amanhã, a coragem de dizer: o que fizemos não basta; é preciso começar de novo. Talvez isso tenha de ser dito pelo nobre Relator Bernardo Cabral ou por V. Ex<sup>a</sup>, da tribuna, ou mesmo por todos nós. Este é o ponto básico: um novo prazo, refazermos esse trabalho e tentarmos uma Constituição à altura do Brasil deste fim de século e do próximo. Na realidade, a que assistimos hoje? A uma Assembléia Nacional Constituinte pressionada pelo Poder que aí está. V. Ex<sup>a</sup> não pode negar que o Poder Executivo, particularmente, pressiona, influencia e exerce um verdadeiro **lobby** interno, tão pesado que projetos de resolução que objetivavam retirar da atual Constituição certos dispositivos, foram rejeitados pela maioria desta Casa. Ainda agora, um projeto de resolução da Liderança do PDT, que busca revogar a Lei de Segurança Nacional, está tendo dificuldade em obter assinaturas nesta Casa. Será que é preciso que Constituintes do PMDB sejam envolvidos com a Lei de Segurança Nacional, sejam chicoteados por ela, para entenderem que ou o poder Constituinte se afirma, ou o seu trabalho será comprometido? Acho que dentro das suas reflexões cabe tudo isso. Por esta razão, com V. Ex<sup>a</sup> Entendo que sua crítica é absolutamente correta, mas não perco a esperança — ainda sou otimista — de que poderemos vir a fazer e entregar ao povo brasileiro a Constituição que ele deseja.

**O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS** — Muito obrigado, nobre Constituinte, pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Devo dizer-lhe e a toda a Nação que, afirmo que perdemos tempo, esse perder tempo significa não ter caminhado. Mas amassar barro também é produtivo, marcar passo também é produtivo, porque nos leva à reflexão, a fim de sabermos para onde vamos marchar. A minha crítica é nesse sentido. Mas minha maior crítica é com relação à redução do prazo que temos pela frente. Essa fatalidade do dia 15 de novembro não pode existir.

**O Sr. Adhemar de Barros Filho** — A decisão é nossa.

**O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS** — O Plenário deverá rever essa posição e dizer que temos o prazo suficiente. E quero convocar a consciência crítica da maioria dos Constituintes, para que aprovejemos uma elasticidade, uma flexibilidade de prazo, a fim de que possamos fazer uma Constituição, não de maneira apressada, mas bem pensada, refletida e bem votada nesta Casa.

Desejo ainda, Sr. Presidente, levantar uma discussão sobre alguns pontos críticos, como a definição do que é Brasil, constante do artigo primeiro da Constituição. Acho que estamos enfeitiçando com florzinhas definições constitucionais que não podem ser produto de enfeites demagógicos. Devemos dar ao Brasil aquilo que é: uma República democrática fundada na vontade do seu povo,

que tem três Poderes fortes — o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Isto temos de resguardar, porque a História levou 2000 anos para criá-lo, e não inventar fórmulas que alguns países hoje nos estão querendo legar, quando eles próprios estão modificando sua maneira de pensar.

Desejo ainda afirmar que na relação dos direitos e liberdades individuais devemos colocar também deveres, porque só liberdades e só direitos não adiantam. A um direito meu corresponde um dever, e se devo ter garantida a liberdade de exercer os meus direitos e deveres, preciso ter a garantia do exercício, pela liberdade daquilo que é inerente à pessoa humana, que é o dever e a obrigação para consigo, para com seu semelhante e para com a Pátria, no todo.

Acho muito vazia e fraca uma lei que só impõe deveres e obrigações, mas, por outro lado, é também fraca e farricosa uma lei que só defende direitos e liberdade, nada mais. É necessário que haja uma garantia para um e outro; direitos e deveres têm de ter a garantia constitucional do seu pleno exercício.

A relação de trabalho é outro ponto polêmico. O Brasil é um país em formação; está em desenvolvimento, em crescimento. Oxalá estivéssemos agora na posição de poder permitir que o brasileiro trabalhe apenas quarenta horas. Desejo que o brasileiro tenha, um dia, **status** que lhe permita trabalhar apenas quarenta horas. Mas se no Japão se trabalha cinqüenta e duas horas, se nos países adiantados se trabalha quarenta e quatro horas, se na Rússia se trabalha quarenta e duas horas por semana — é o que nós sabemos — por que o Brasil, que ainda está em formação, em crescimento, vai trabalhar apenas quarenta horas? Por que não trabalhamos, pelo menos, quarenta e cinco horas? Vamos diminuir de 48 para 45 horas, pelo menos! Já se ganha alguma coisa. Acho que, como o japonês fez e faz até hoje, precisaríamos trabalhar cinqüenta horas por semana para o Brasil crescer, mas com justiça no pagamento do salário, com participação no resultado do trabalho dos nossos operários, com participação nas empresas que estão dando preferência àqueles que as constroem, que são os operários. É necessário todo fim do ano separar uma cota-parte do lucro e distribuí-la proporcionalmente em ações para aqueles que trabalham, que são efetivos na empresa. Tais ações trariam, inegavelmente, a estabilidade que todos desejam, porque quando alguém trabalha naquilo que é seu tem mais amor, tem prazer em defender o que faz.

Eu sempre defendi a tese da participação dos operários no resultado do seu trabalho, de maneira direta, com ações da empresa. Assim a empresa será de todos. Resultado do seu trabalho. E ainda mais, a estabilidade no emprego, lamentavelmente, é geradora de má qualidade do trabalho, má qualidade de aperfeiçoamento. Não há produtividade quando a estabilidade está garantida. É necessário que tenhamos um código a respeitar, alguma coisa a temer para podermos manifestar aquilo que amamos, senão vamos ter a balbúrdia, como está acontecendo no Brasil. A impunidade leva o Brasil ao desespero, porque todo mundo comete crime e ninguém é punido.

É necessário que partamos para as reformas exigidas no Brasil hoje: a reforma do uso do solo urbano e do solo rural; o imóvel rural; a reforma agrária justa e equilibrada que não quebre o ciclo da produção, que venha estimular outras pessoas

a serem proprietárias rurais e produzirem na terra, dando-lhes segurança de moradia, para terem consistência no seu trabalho, respeitando aquilo que é dele próprio. Não essa reforma que desejam as esquerdas, uma reforma agrária revolucionária, uma reforma agrária predatória do que já se conseguiu neste País, mas sim uma reforma agrária que seja justa, que dê àqueles que realmente têm vocação para trabalhar no solo meios e garantias para que eles também sejam proprietários. Essa, sim, devemos consagrar.

Devemos consagrar também essa reforma tributária para fazer justiça aos municípios, em primeiro lugar, depois aos Estados e à Federação. Como está aí no Brasil hoje, a União tem 70% do bolo tributário, quando sabemos que a base das necessidades está nos municípios.

Reforma bancária. O sistema bancário atual é exploratório. O banqueiro é inimigo do povo. Não é palavra de esquerda, nem de direita, nem de centro. É a palavra da realidade. Vejamos agora o balanço dos bancos no período de janeiro a junho. Ficamos assustados e assombrados com a lucratividade desses bancos. E o que voltou para o povo, a não ser sofrimento e sacrifício? Nada.

Sr. Presidente, desejo terminar citando uma crítica que li nesta semana, partida de um cidadão que respeita pelas suas idéias, Said Farah, de quem muitas vezes discordo. O artigo "Viva Gorbachev", publicado na revista **Senhor**, é uma crítica àquilo que não devemos fazer no Brasil: voltar às teses das quais, hoje, os países socialistas estão-se libertando. "E não é o Brasil, mas os socialistas caboclos" — conforme ele diz — "atrasados na maneira de julgar, como sempre, param diante do trem da História contemporânea. Atrasados e cegos que não querem ver a flor dos seus trabalhos constituintes, que é uma peça destinada à sina dos documentos perecíveis".

Precisamos fazer aquilo que seja duradouro para o Brasil, uma Constituição sadia, onde haja entendimento, onde o radicalismo não possa imperar, nem da direita, do centro, nem da esquerda. O consenso, o bom senso, o equilíbrio têm de reger as ações de todos os Constituintes, ao votarmos artigo por artigo desta Carta Magna.

Desejo que cada um, defendendo seus princípios, seja forte na defesa de suas convicções mas seja transigente e tolerante na hora de ceder para conquistar o melhor. O melhor para o Brasil há de ser o melhor para o povo, não para certas ideologias, não para certas facções.

Sr. Presidente, termino rendendo minha homenagem a V. Ex<sup>e</sup> pela tolerância em me ouvir e me ceder mais prazo, além do regimental; aos constituintes presentes, pelos apartes com que me honraram, enriquecendo meu trabalho, e principalmente pela sua atenção a essas considerações que quero deixar na História como pontos de reflexão para todos nós, muito mais do que uma crítica a quem quer que seja que trabalhe. Muito obrigado. (Palmas.)

*Durante o discurso do Sr. José Mendonça de Moraes o Sr. Jorge Arbage, Segundo-Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Maia, Segundo-Secretário.*

**O Sr. Adylson Motta** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Tem a palavra o nobre Deputado.

**O SR. ADYLSON MOTTA** (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Há pouco, ouvimos um Deputado fazer a defesa de supostas acusações que teriam sido feitas ao Constituinte Marcelo Cordeiro sobre o programa "Diário da Constituinte". Conheço pouco as críticas e menos ainda o Deputado Marcelo Cordeiro; portanto, não quero entrar no mérito da questão, mas tenho ouvido, permanentemente, críticas a esse programa.

Quero dizer a V. Ex<sup>e</sup> que vou encaminhar, por escrito, com o apoio de diversos parlamentares, solicitação para que sejam requisitados todos os programas feitos até hoje, a fim de que os Constituintes interessados possam assistir e fazer suas críticas, porque, segundo consta, o que está saindo no "Diário da Constituinte" não é o que está ocorrendo nas Comissões e no Plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Para não me precipitar e formar um juízo injusto, quero ter oportunidade de assistir a todos os programas exibidos na televisão, porque estávamos envolvidos nos trabalhos parlamentares, nos debates e nas Comissões e não tivemos oportunidade de assistir a eles.

Consultaria V. Ex<sup>e</sup> sobre a possibilidade de se concretizar isso. Vamos fazer a requisição por escrito. Que se marquem dia e hora e se requisitem todos os programas, para que se possa verificar até que ponto correspondem ou não à verdade, ao que ocorre aqui, a sua imparcialidade, e possamos, então, fazer justiça àquele que hoje está sendo acusado, se for o caso de serem injustas as críticas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — A Mesa fica aguardando o requerimento mas adianta a V. Ex<sup>e</sup> e ao Plenário que o comportamento do 1º-Secretário tem sido imparcial, procurando adotar um critério abrangente, a fim de que todos os Constituintes, tanto no trabalho das Subcomissões, das Comissões temáticas e da Comissão de Sistematização, conforme o andamento dos trabalhos da Constituinte, pudessem participar do "Diário da Constituinte", indistintamente. Acontece que muitos de nós não assistimos sistematicamente aos programas e imaginamos que, às vezes, os nossos nomes ou imagens não estiveram presentes no vídeo. Mas, como Membro da Mesa, como 2º-Secretário e Membro também da editoria do programa, informo ao Plenário que as preocupações da Mesa têm sido rigorosamente no sentido de se realizar com justiça o programa da Constituinte.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Não havendo mais oradores inscritos para a discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição, esta Presidência lembra aos Srs. Constituintes que está convocada uma sessão extraordinária para amanhã, sábado, dia 18, às 9h, para prosseguimento da discussão em primeiro turno do Projeto de Constituição. Será, então, o quarto dia. Lembra, ainda, que o prazo para apresentação de emendas é de trinta dias, cobrindo o período de 15 de julho a 13 de agosto.

**O SR. PRESIDENTE** (Mário Maia) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.